

Órgão comunitário de consulta para o DF

A idéia de criação de uma representação comunitária de consulta no Distrito Federal foi reforçada ontem, pelo secretário-geral do Ministério do Interior, Henrique Brandão Cavalcanti. Falando no I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, no Senado, ele endossou a tese do professor José Carlos Coutinho de que o conclave marca o início de "uma modalidade de consulta que se deverá estender a todas as camadas da população"

Afirmando que a consolidação de Brasília não depende, apenas, "do aperfeiçoamento do plano físico", de melhoria dos serviços, embora sejam esses fatores primordiais, Brandão Cavalcanti disse que se espera de sua administração "maior abertura para a participação de comunidade e veículos específicos para a mobilização desse enorme potencial de boa vontade e de trabalho". Acentuou que a comunicação entre administração e coletividade não raro se ressentem de meios que distorcem obstáculos que se interpõem, com prejuízo para ambas as partes.

SUGESTÕES

Lembrando que existem muitas formas "de aproximar o administrador da população, por intermédio de alguns de seus membros mais representativos", o secretário geral do Ministério do Interior citou exemplo dos conselhos de Desenvolvimento, Comunitários ou com outras denominações existentes em várias cidades do Brasil e que prestam "serviços relevantes ao Governo e à comunidade".

Destacou, também o caso dos Territórios que dispõem do "Conselho Territorial", constituído de seis membros designados pelo Ministro do Interior, sendo dois de sua livre escolha, um indicado pelo Órgão de desenvolvimento regional, um indicado pelo Governo do Território e dois pelo Ministro dentre os indicados em listas tripliques pelas Câmaras Municipais isoladamente.

A EXPOSIÇÃO

Em sua conferência, Brandão Cavalcanti disse que há razões para olhar com confiança e otimismo os dias que virão e lembrou as palavras de Lúcio Costa: "A cidade foi concebida em termos de Brasil definitivo, para permanecer e traduzir com dignidade uma nova fase do Brasil que continua voltado para o futuro".

Apoiando a tese apresentada na primeira sessão do Seminário, pelo professor José Carlos Coutinho, da UnB, Henrique Brandão Cavalcanti

sugeriu duas providências principais:

1) a montagem da estrutura decisória que permita maior contribuição da coletividade, no planejamento e administração, e também do Governo do Distrito Federal, no contexto regional a que pertence, podendo-se tomar como exemplo o que ocorre nos Territórios;

2) abertura para a participação e a mobilização da comunidade no processo de integração social, utilizando os meios apropriados, e o potencial de boa vontade, principalmente da juventude.

CRESCIMENTO

Focalizando o desenvolvimento da cidade, disse que há uma tendência natural para a ocupação da área situada entre a região do Plano Piloto e Taguatinga, especialmente após a construção do Guará, e nesse sentido, Brasília começa a tomar posição como candidata a região metropolitana de acordo com os critérios estabelecidos pela Legislação Complementar, até o final da década.

A Grande Brasília - frisou - já possui uma população igual à Grande Belém, considerada oficialmente como uma das 8 regiões metropolitanas no país.

O engenheiro Henrique Brandão Cavalcanti assinalou que o conjunto Taguatinga-Ceilandia, se constitui, surpreendentemente, na vigésima maior cidade do Brasil, muito se assemelhando, por seu comportamento a alguns municípios periféricos de Rio e São Paulo.

INTERFERÊNCIA GOVERNAMENTAL

Para a melhoria da atual situação, disse que dois pontos parecem fundamentais: interferência mais direta do poder público na questão do uso do solo urbano e ação decidida no sentido de implantar um sistema eficiente de transporte coletivo.

A interferência governamental no caso do uso do solo se desdobraria em 3 partes: 1) a mobilização de terrenos disponíveis em mãos do próprio Governo; 2) a conceituação das



Brandão Cavalcanti (E). "É preciso maior comunicação entre o administrador e a coletividade"

áreas de expansão ou de densificação, aplicando-se às propriedades aí localizadas um tratamento tributário diferenciado; 3) a concessão de estímulos para a melhoria ou regularização das condições de ocupação.

Nas áreas de expansão e densificação - prosseguiu - os proprietários de terrenos teriam um ano para entrar com o projeto de edificação, e nesse exercício o imposto territorial urbano seria baixo. Se tal não ocorre no primeiro ano, o imposto do ano subsequente aumentaria geometricamente e assim por diante.

Acrescentou que, uma vez construído o prédio, o imposto seria também modificado por 2 anos, a fim de permitir as despesas de instalação e ligação de serviços públicos, subindo ao nível normal daí por diante.

Disse que estímulos fiscais deveriam também ser concedidos aos moradores que realizassem despesas de urbanização e manutenção de gramados, em áreas de contorno ou em faixas verdes contínuas.

INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA

O Secretário-Geral do Ministério do Interior frisou que a consolidação de Brasília não depende apenas do aperfeiçoamento do plano físico e de melhoria dos serviços, embora sejam fatores primordiais.

Espera-se de sua administração - continuou - maior abertu-

ra para a participação da comunidade e veículos específicos para a mobilização desse enorme potencial de boa vontade e de trabalho.

A seu ver, a integração do migrante, seja ele o funcionário, o comerciante ou o operário será muito mais rápida, se a comunidade já existente se propuser a recebê-lo e adaptá-lo às novas condições.

SEMINÁRIO

Henrique Brandão Cavalcanti disse que vem acompanhado com o maior interesse o I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília organizado pela Comissão do DF, do Senado.

O depoimento de Lúcio Costa deu-nos ensejo para relembrar algumas premissas iniciais, e melhor compreendê-las à luz da presente e concreta realidade. A contribuição técnica dos debatedores e expositores revela a inequívoca seriedade e preparo dos que se debruçam sobre os fascinantes problemas de nossa cidade.

O Seminário prossegue amanhã com a presença do arquiteto Jaime Lerner, prefeito de Curitiba, que falará sobre a "Humanização das Cidades".

DEBATES

Finda a palestra, o Eng. Brandão Cavalcanti passou a responder perguntas formuladas pelos participantes do semi-

nário oportunidade em que reafirmou sua convicção de que ao final dos debates aí travados deverá surgir, como proposta ao Governo, a materialização da idéia de se dar à comunidade de Brasília uma participação mais ativa no processo das decisões regionais.

Comentou, também, o problema das correntes migratórias que demandam a Capital Federal, assinalando que, ao lado da indispensável triagem oficial - para determinar, inclusive, o estado sanitário dessas pessoas - a cidade precisa, igualmente, criar condições para absorver essa mão-de-obra que chega, de preferência na área rural, de onde se origina, aliás a maioria dos migrantes.

Nesse particular, Brandão Cavalcanti entende que Brasília, como o resto do País, precisa encarar o problema das migrações de uma forma realista, ou seja, partindo da convicção de que é impossível, a curto prazo, levar os benefícios de progresso até os pontos mais distantes do território nacional, sobretudo o interior rural, sendo em consequência, contraproducente tentar deter na origem, pura e simplesmente, esses fluxos migratórios.

Pessoalmente - afirmou - prefiro assistir à chegada a Brasília dessa corrente de subempregados, que vêm a procura de melhores condições de vida, do que vê-los permanecer, inertes, em suas

regiões de origem, esperando chegar não se sabe quando, o progresso".

BNH

O Secretário-Geral do Ministério do Interior enfocou, também, a participação do BNH na solução dos problemas viários de Brasília e das demais cidades do país, revelando, a esse respeito, que aquele órgão está sendo objeto, no momento, de uma profunda análise, visando sua melhor adequação ao objetivo de transformá-lo, realmente, num banco de financiamento do desenvolvimento urbano.

Esclareceu, a propósito, que a ação do BNH precisa ser objetiva, inclusive para evitar a proliferação do que chamou de "áreas de deseconomia de escala", que mais adiante definiu como "autênticos sacos sem fundo". Com esse feito, frisou, o Ministério do Interior recebeu instruções superiores para alocar grande parte dos recursos do BNH para o setor do transporte de massas, o que será feito, mas sempre condicionando a aplicação de tais verbas à política governamental que a visa disciplinar de forma racional o uso do solo nas áreas urbanas.

Asseverou Brandão Cavalcanti que, no quinquênio 75/79, o Governo Federal, através de seus órgãos, vai investir no Distrito Federal, em obras de saneamento e urbanização, recursos da ordem de cinco bilhões de cruzeiros.